

Acolhimento institucional em foco: perspectivas de profissionais e de crianças e adolescentes usuários do serviço no Rio de Janeiro

Irene Rizzini
Renata Mena Brasil do Couto
Mônica Regina de Almeida Figueiredo



O Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI) é um centro de estudos e de referência associado à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), dedicado ao desenvolvimento de pesquisas e projetos sociais voltados a crianças, adolescentes, jovens e seus elos familiares e comunitários. Tem como meta subsidiar políticas e práticas sociais para esta população, contribuindo para o seu desenvolvimento integral e para a promoção e defesa dos seus direitos.



Rio de Janeiro, agosto 2020.

Esta publicação faz parte do projeto “Entre a casa, as ruas e as instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro”, sob a coordenação da professora Irene Rizzini, com apoio da FAPERJ (CNE, 2017-2020; Ref. n° E-26/202.812/2017). Esta iniciativa é possível graças ao suporte da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e da FAPERJ. Participaram da pesquisa Renata Mena Brasil do Couto (CIESPI/PUC-Rio) e as bolsistas de Iniciação Científica do Departamento de Serviço Social Mônica Regina de Almeida Figueiredo, Hanna Azevedo Coelho (PIBIC/PUC-Rio) e Letícia Cristina Ferreira da Silva (FAPERJ). Editores: Irene Rizzini, Maria Cristina Bó, Malcolm Bush. Design: Carolina Terra (CIESPI/PUC-Rio).

Acolhimento Institucional em Foco:

perspectivas de profissionais e de crianças e adolescentes usuários do serviço no Rio de Janeiro

Irene Rizzini, Renata Mena Brasil do Couto e
Mônica Regina de Almeida Figueiredo

1ª edição (2020) - Rio de Janeiro - RJ

CIESPI

Acolhimento Institucional em Foco: perspectivas de profissionais e de crianças e adolescentes usuários do serviço no Rio de Janeiro^{1ª} ed. - Rio de Janeiro: CIESPI, 2020. 27 p. il. 20 cm .

ISBN: 978-65-87410-02-9

1. Crianças e adolescentes. 2. Acolhimento institucional. 3. situação de rua
4. políticas públicas I. Rizzini, Irene. II. do Couto, Renata Mena Brasil. III. Figueiredo, Mônica Regina de Almeida. IV Título.

CDD 300

Sumário

Introdução.....	6
Acolhimento institucional em foco: a pesquisa de campo.....	8
Profissionais e crianças e adolescentes usuários do serviço de acolhimento institucional: resultados e análises das entrevistas.....	9
<i>Perspectivas dos profissionais.....</i>	10
<i>Sobre as crianças e adolescentes com trajetória de vida nas ruas</i>	13
<i>Perspectivas das crianças e dos adolescentes.....</i>	15
Considerações Finais.....	18
Notas.....	22
Referências bibliográficas.....	25

Introdução

O caderno “Acolhimento Institucional em Foco: perspectivas de profissionais e de crianças e adolescentes usuários do serviço no Rio de Janeiro” é um dos produtos do projeto “Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro”, coordenado pela professora Irene Rizzini (FAPERJ/CNE, Cientista do Nosso Estado, 2017-2020; FAPERJ Ref. N° E-26/202.812/2017)¹.

Essa publicação constitui o segundo caderno da “Série de Pesquisas - Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional”², no qual buscamos ouvir aqueles profissionais e usuários que diariamente convivem com os desafios do acolhimento institucional. Além disso, investigamos as especificidades do atendimento oferecido àqueles com trajetória de vida nas ruas. A pesquisa, com foco sobre as instituições de acolhimento do Rio de Janeiro, foi acompanhada de um amplo levantamento e análise da produção acadêmica nacional sobre o tema³. Este conjunto de informações reúne um rico material de subsídio às políticas públicas e ações com vistas ao aprimoramento deste serviço no Rio de Janeiro e no Brasil.

Neste ano em que o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) completa trinta anos, novos desafios se apresentam, relacionados a pandemia (Covid-19) e ao atual governo, explicitamente avesso ao referencial de Direitos Humanos, que embasou a legislação e as políticas públicas nas últimas três décadas. Neste contexto, em que a pobreza vem aumentando no país, já se observam importantes perdas e violações de direitos de crianças e adolescentes, como demonstram os indicadores de educação, saúde, trabalho infantil, violência, dentre outros. Este quadro indica que há muito a fazer para refrear os retrocessos e para avançar no sentido de assegurar a proteção integral deste grupo, que corresponde a quase 40% da população brasileira.

Estima-se que existam cerca de 34.157 crianças e adolescentes acolhidos no país e que, em média, eles permaneçam institucionalizados por dois anos. Em alguns estados, como no caso do Amapá, esse tempo é muito maior, atingindo uma média de 3 anos e 2 meses. No Rio de Janeiro, a média é de 2 anos e 6 meses, superior aos 18 meses recomendados nas diretrizes das políticas vigentes, que orientam que esta medida deve ser excepcional e provisória (CNJ, 2020). Esperamos que a pesquisa, que ora apresentamos, contribua para aprofundar a reflexão sobre o tema, trazendo elementos do atual debate e das práticas em curso que possam inspirar o melhor funcionamento dos serviços de acolhimento institucional.

Acolhimento institucional em foco: a pesquisa de campo

O objetivo da pesquisa de campo realizada foi mapear os serviços de acolhimento institucional existentes no estado do Rio de Janeiro e registrar suas características básicas de funcionamento. Além disso, objetivamos aprofundar o conhecimento sobre o funcionamento das instituições localizadas na cidade do Rio de Janeiro a partir de visitas e entrevistas. Buscamos ouvir profissionais e usuários, que lidam com a questão cotidianamente, incluindo suas contribuições para o aprimoramento do serviço.

Essa pesquisa foi desenvolvida no segundo semestre de 2019 em duas etapas complementares. Inicialmente, mapeamos as 166 instituições de acolhimento para crianças e adolescentes existentes no estado do Rio de Janeiro, a partir do Módulo Criança e Adolescente (MCA), do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, e de uma lista disponibilizada pela Defensoria Pública⁴.

Tratamos os dados do estado e do município do Rio de Janeiro de maneiras distintas. As 132 instituições localizadas fora da cidade do Rio de Janeiro foram contatadas por telefone e e-mail. Delas, procuramos saber se ainda estavam em atividade, seus contatos (endereço, telefone e e-mail), natureza (pública ou privada), tipo de acolhimento institucional (casa de passagem, casa-lar ou abrigo), capacidade e perfil dos acolhidos (sexo e idade). Perguntamos também se, no momento da pesquisa, elas estavam atendendo alguma criança ou adolescente com trajetória de vida nas ruas ou se tinham histórico deste tipo de atendimento.

A partir da organização das informações das 132 unidades de acolhimento institucional localizadas no estado do Rio de Janeiro, constatamos que 117 eram abrigos e 15 eram casas-lares. Vimos que 113 delas eram públicas e 29 privadas.

Sobre a capacidade de atendimento das instituições, 119 atendiam até 20 crianças ou adolescentes, conforme disposto nas “Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes” (BRASIL, 2009). Segundo essa normativa, nenhum tipo de acolhimento institucional deve exceder essa capacidade de atendimento.

Em relação ao perfil dos acolhidos, 5 unidades atendiam exclusivamente crianças na primeira

infância (0-6 anos); 28 recebiam somente crianças em faixas etárias distintas (até 12 anos); 74 atendiam crianças e adolescentes em faixas etárias variadas (0-18 anos); e 25 acolhiam exclusivamente adolescentes (acima dos 12 anos). Além disso, 111 instituições atendiam crianças e adolescentes do sexo masculino e feminino; 10 recebiam apenas meninas; e 11 apenas meninos.

Sobre atender ou não crianças e adolescentes com trajetória de vida nas ruas, 78 afirmaram acolher esse público, mas somente 19 tinham algum acolhido com este perfil no momento da pesquisa. Interessante registrar que 22 unidades já haviam atendido este perfil e 5 profissionais consultados declararam que a cidade não convivia com crianças e adolescentes em situação de rua.

Destacamos que as duas últimas perguntas foram respondidas por profissionais de 81 unidades de acolhimento do estado. Isso porque elas só foram endereçadas àqueles que conseguimos contatar por telefone. De um modo geral, sentimos uma boa receptividade à pesquisa, mas enfrentamos alguns desafios relacionados aos contatos indisponíveis nas listagens utilizadas como referência e na internet; e também em relação às ligações não atendidas, embora tenhamos estabelecido um mínimo de 3 tentativas de contato telefônico em horários e dias diferentes.

O fato de que apenas 19 (23,5%) unidades, de um universo de 81 instituições de acolhimento, estavam atendendo crianças e adolescentes em situação de rua no momento da pesquisa preocupa, seja porque os profissionais não trabalham com um conceito amplo de situação de rua, tal qual dispõe a Resolução Conjunta CNAS/CONANDA 01/2016, seja pela pouca adesão desse grupo populacional a este tipo de serviço. Embora tratem-se de instituições localizadas fora da capital, em um estado marcado pela desigualdade social, supomos que a circulação de crianças e adolescentes entre as ruas e as instituições seja maior. Neste sentido, a discussão sobre o que caracteriza uma criança ou adolescente em situação de rua e sobre as especificidades de seu atendimento se faz necessária.

Sobre as 34 instituições de acolhimento localizadas na cidade do Rio de Janeiro, o procedimento foi um pouco diferente. Iniciamos os contatos por e-mail e telefone, mapeando as mesmas características básicas identificadas nas instituições do estado. Junto àquelas que disseram atender crianças e adolescentes de 7 a 18 anos com histórico de situação de rua, buscamos agendar uma visita institucional para uma entrevista com um profissional e um usuário do serviço.

Identificamos 33 abrigos e 1 casa-lar; 16 unidades municipais e 18 privadas; e 30 unidades com capacidade de atendimento para até 20 usuários. Sobre o perfil dos atendidos, 18 instituições informaram atender crianças e adolescentes de ambos os sexos; 7 recebiam só meninas; e 9 apenas meninos. No que diz respeito à idade, 9 unidades atendiam exclusivamente crianças na primeira infância (0-6 anos); 8 acolhiam crianças até os 12 anos de idade em faixas etárias variadas; 5 recebiam crianças e adolescentes em diferentes faixas etárias; e 12 atendiam exclusivamente adolescentes (acima de 12 anos).

Se recebiam ou não crianças e adolescentes com trajetória de vidas nas ruas, 28 responderam afirmativamente, em um universo de 28 respostas válidas. Deste mesmo universo, 15 (53,6%) disseram estar atendendo alguém com esse perfil no momento da pesquisa, 9 disseram não e 4 não souberam informar.

Na próxima sessão, apresentaremos os dados coletados a partir das entrevistas realizadas nas unidades de acolhimento institucional localizadas na cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de um rico material, que permite apontar desafios e caminhos possíveis para o aprimoramento do atendimento cotidiano ofertado às crianças e aos adolescentes acolhidos⁵.

Profissionais e crianças e adolescentes usuários do serviço de acolhimento institucional: resultados e análises das entrevistas

De nossa lista inicial de 34 unidades de acolhimento localizadas na cidade do Rio de Janeiro, descartamos para a realização de entrevistas aquelas que atendiam exclusivamente crianças menores de 7 anos (9), aquelas que atendiam grupos específicos de crianças e adolescentes com problemas mentais (1), as centrais de recepção (2) e as que estavam com as atividades suspensas (1). Além disso, apesar dos inúmeros contatos realizados, não foi possível agendar entrevista em 6 instituições, seja porque não atenderam nossas ligações ou porque a equipe se mostrou receosa em nos receber.

Dessa forma, os dados a seguir referem-se a 15 unidades de acolhimento e as entrevistas realizadas nestes equipamentos, que ora analisamos, trazem as percepções de profissionais e usuários do serviço de acolhimento institucional e são o foco principal desta publicação⁶.

Perspectivas dos profissionais

Inicialmente, registramos ter entrevistado 15 profissionais que ocupavam os seguintes cargos em unidades de acolhimento localizadas na cidade do Rio de Janeiro: coordenador/diretor (7); assistente social (4); psicólogo (3); e educador social (1). Desses, 11 eram do sexo feminino e 4 eram do sexo masculino⁷.

Perguntamos a eles quais os principais motivos que levam crianças e adolescentes ao acolhimento institucional. A negligência foi citada pelos profissionais de 11 instituições. Ela esteve sempre acompanhada por algum tipo de maus tratos, conflitos familiares ou violência doméstica. Em apenas 4 respostas, a pobreza esteve relacionada a este cenário. Sem esse componente, a negligência pode ser associada exclusivamente à omissão das famílias e não à ausência do Estado no que tange à garantia de condições básicas para que elas possam exercer seu papel de cuidado (SOUZA; CARDOSO, 2019; NASCIMENTO, 2012).

A violência, com destaque para os riscos e ameaças na comunidade e a de ordem sexual, também foi bastante citada, em 8 respostas. O uso de drogas aparece em 7 respostas, em alguns casos associado aos conflitos e riscos causados pelo envolvimento com o comércio ilegal dessas substâncias.

Em 3 respostas, o comportamento das crianças e dos adolescentes foi mencionado como uma das causas para o acolhimento, com a ressalva dos profissionais de que eles não acham que estes sejam motivos válidos para o afastamento familiar. Todavia, uma vez que esses conflitos podem impactar negativamente nas relações familiares, levando inclusive a ruptura, é importante que se desenvolvam estratégias que acolham demandas relacionadas a questões como orientação sexual, religiosidade, entre outras.

Perguntamos sobre quais as principais formas de encaminhamento das crianças e adolescentes às instituições de acolhimento. O conselho tutelar e as varas da infância foram citados em 14 respostas cada. Em seguida, aparecem as centrais de recepção (12). Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) foram mencionados em 3 respostas e a demanda espontânea das famílias e usuários, no geral reincidentes, aparece em 7 respostas. As denúncias também foram citadas, em 3 respostas.

Sobre as ações voltadas para o fortalecimento da autonomia dos acolhidos, diferentes atividades foram mencionadas, mas destacamos as mais citadas: saídas livres, em alguns casos condicionada ao cumprimento de compromissos escolares e das regras de modo geral e, em outros casos, elas acontecem apenas aos finais de semana (8); acompanhamento psicopedagógico (7); inserção em cursos profissionalizantes (6); participação no Jovem Aprendiz (6); reforço escolar (5); inserção

em cursos e oficinas variados, de um modo geral em parceria com a comunidade local (5); e participação nas tarefas de manutenção e limpeza da instituição (5). Todas essas atividades foram mencionadas em 1/3 ou mais das respostas oferecidas pelos profissionais das instituições de acolhimento.

Ainda que não tenham sido citadas com tanta frequência, gostaríamos de destacar como boas práticas: a realização de assembleias internas periódicas (3), que permitem aos acolhidos discutir coletivamente a experiência do acolhimento, colaborar para a definição das regras de convivência e participar da divisão de tarefas nas instituições, podendo, inclusive, contribuir para uma maior adesão ao serviço e ao respeito mútuo; e a estratégia de autogerenciamento do Bolsa Família (3), uma vez que os adolescentes são maioria nas unidades de acolhimento e a preparação para a reinserção social inclui o aprendizado acerca da administração de recursos. Nestes casos, ensinar como usar o dinheiro, ir ao banco e pagar contas, por exemplo, é fundamental. A inserção das crianças e dos adolescentes, assim como de suas famílias, em programas sociais também pode contribuir para uma maior estabilidade financeira e, conseqüentemente, para a reinserção do acolhido.

Um (1) profissional se mostrou particularmente sensível à importância da personalização do espaço e dos pertences e disse que a instituição permite a escolha dos materiais escolares pelos acolhidos e oferece armários individuais, onde eles podem manter suas roupas, calçados e acessórios particulares.

Apenas 1 profissional disse que a instituição não promovia atividades específicas voltadas para a construção da autonomia e justificou afirmando que isso se devia à idade dos acolhidos. Sabe-se, no entanto, que o estímulo à autonomia é fundamental em todas idades e deve ocorrer de forma processual, não limitada aos últimos anos antes do desligamento. Nesse sentido, cabe às unidades de acolhimento incentivar a participação das crianças e adolescentes nas atividades cotidianas da instituição, de acordo com as possibilidades de cada faixa etária. Não há um manual sobre como deve se dar esse processo e, por isso, os casos devem ser analisados individualmente e a partir da experimentação (CERQUEIRA, RIZZINI, 2020; GALHEIGO, LUVIZARO, 2011).

Recomenda-se sensibilidade semelhante no que tange ao fortalecimento dos vínculos entre os acolhidos e suas famílias e/ou comunidades de origem. É importante que os profissionais transponham a ideia de que o acolhimento institucional pressupõe sempre o afastamento da família. Em alguns casos, é possível investir em uma estratégia de cuidado compartilhado, mesmo que seja com a família em seu sentido mais extenso e ampliado. De uma maneira geral, o envolvimento das famílias é importante para conhecer as histórias e a complexidade das experiências de vida das crianças e dos adolescentes acolhidos, especialmente daqueles com trajetória de vida nas ruas. Romper estigmas não é fácil e demanda formação profissional, não só daqueles que trabalham diariamente nas unidades de acolhimento, mas também de outros atores da rede de proteção, como profissionais

do judiciário, professores e assistentes sociais. O julgamento sobre as famílias dos acolhidos, com frequência culpabilizando-as, ainda é uma realidade (PATIAS; SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2017; LAUZ; BORGES, 2013). Entretanto, em geral, elas necessitam de diversas formas de suporte, para além das questões financeiras, ainda que estas sejam indispensáveis. A possibilidade de reinserção familiar de crianças e adolescentes acolhidos e as condições de manutenção dos filhos estão diretamente relacionadas ao acolhimento também de seus familiares. Nesse sentido, o suporte emocional é da maior importância (RIZZINI ET AL., 2006).

Por isso, perguntamos aos profissionais, quais as ações promovidas pelas instituições para o fortalecimento dos vínculos familiares entre os acolhidos e suas famílias e/ou comunidades de origem. Na maioria das respostas apareceram: as visitas de familiares à instituição (9), sendo que em 5 respostas ficou explícita a flexibilidade de horários ou mesmo a liberdade de visita a qualquer tempo; a realização de passeios e eventos (7), sobretudo de confraternização na instituição, sendo que o suporte financeiro às famílias para que possam participar das atividades propostas foi mencionado em 3 respostas; e as visitas dos adolescentes às famílias (6), inclusive, em alguns casos, com permissões de pernoite aos finais de semana.

Considerando a importância que atribuímos ao envolvimento das famílias nos cuidados diários dos acolhidos, destacamos o estímulo à participação dos pais ou responsáveis em eventos escolares e consultas médicas, ainda que tenha sido mencionado em apenas 3 repostas. Esse é um dos aspectos possíveis do cuidado compartilhado que mencionamos anteriormente.

As visitas domiciliares de profissionais às casas de origem das crianças e adolescentes (4) foram igualmente pouco citadas, mas pontuamos algumas questões em relação a isso. Em muitos casos, as equipes técnicas carecem de recursos financeiros e humanos para a realização de suas atividades, o que inclui as visitas domiciliares. Nos grandes centros, como é o caso da cidade do Rio de Janeiro, os territórios são muito extensos e apresentam áreas conflagradas, que dificultam a circulação dos profissionais. Por isso, é importante que as instituições tenham uma equipe básica condizente com o número de acolhidos e que elas estejam atentas aos obstáculos que dificultam ou impedem a ida das famílias aos eventos promovidos e mesmo aos compromissos judiciais previstos, como as audiências concentradas. Sobre isso, ouvimos de 1 dos profissionais entrevistados que a instituição prepara a família para essas ocasiões, contribuindo para que os pais e/ou responsáveis, que muitas vezes nunca tiveram contato com esse tipo de formalidade, possam se sentir mais confiantes e preparados para expressar seus pontos de vista e compreender aquilo que lhes vem sendo questionado e exigido.

Sobre as crianças e adolescentes com trajetória de vida nas ruas

Em seguida, abordamos algumas questões diretamente relacionadas às crianças e aos adolescentes acolhidos com trajetória de vida nas ruas. Primeiro perguntamos se havia algum tipo de ação específica voltada para esse grupo na instituição e 11 profissionais entrevistados afirmaram que não. De modo geral, os profissionais mencionaram que acompanham mais de perto essas crianças ou adolescentes e são mais flexíveis em relação às regras e ao tempo de adesão ao serviço. Os 4 profissionais que disseram que a unidade de acolhimento desempenha atividades específicas voltadas a esse público, mencionaram que capacitam seus educadores; permitem maior flexibilidade das saídas; são mais tolerantes às evasões; buscam os órgãos de referência, como CRAS e CREAS, para tentar localizar a família do acolhido; elaboram planos de intervenção que levam em consideração à participação do usuário; e conversam com os acolhidos mais antigos para facilitar a recepção do recém chegado. Apenas 2 profissionais entrevistados destacaram que crianças e adolescentes em situação de rua compõem o perfil principal de atendimento da instituição.

Perguntamos também se a instituição oferecia algum tipo de capacitação profissional, em geral e/ou com foco sobre o atendimento à população com trajetória de vida nas ruas. Sobre o tema da rua, nenhuma iniciativa em particular foi mencionada, mesmo nas 2 respostas dos profissionais que disseram que a instituição oferece capacitação específica sobre a temática. Todos os 15 profissionais entrevistados afirmaram que as unidades de acolhimento promovem capacitação de forma mais geral e as principais iniciativas citadas foram: as reuniões periódicas da equipe com estudos de caso (9); e os estudos de caso com a rede de proteção, como a Clínica da Família, CREAS, Vara da Infância e escola (3). Em muitas respostas (8), os entrevistados mencionaram também que os profissionais buscam outras formas de atualização e aperfeiçoamento individual, através da participação em eventos e cursos promovidos por outras instituições, como a Rede Abrigo, o Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS) e o Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente, vinculado a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NESA/UERJ).

A articulação com a rede socioassistencial se mostrou fundamental no que tange a formação daqueles que trabalham nas unidades de acolhimento, muito embora, nesses casos, não haja um planejamento integrado e uma periodicidade que necessariamente atendam às necessidades e demandas dos profissionais. Conforme mencionado em uma das respostas coletadas, o entrevistado sente falta de capacitações mais regulares e também de mais suporte psicológico e emocional. Embora não tenhamos abordado diretamente esse tema em nossa pesquisa, o sofrimento psicológico faz parte do cotidiano de trabalho de muitos daqueles que atuam nessas instituições. Por isso, ainda que na prática não sejam oferecidas a eles ações de atenção à saúde mental, a importância deste

cuidado é um dos pontos destacados na literatura que versa sobre o tema (GABATZ ET AL., 2018; VASCONCELOS, 2006).

Sobre os principais desafios encontrados no trabalho diário com crianças e adolescentes com trajetória de vida nas ruas, as principais respostas relacionam-se às dificuldades de adaptação às regras e rotinas da instituição (9) e as dificuldades de vinculação à unidade de acolhimento e seus profissionais, o que traz maior risco de evasão (7). O envolvimento com atividades ilegais, como o uso de drogas e a prostituição (5); os desafios de inserção escolar, devido ao atraso educacional e à discriminação (5); e a carência afetiva (3), embora tenham sido menos citados, também merecem destaque uma vez que costumam ser temas recorrentes na literatura relacionada ao tema das crianças e adolescentes em situação de rua⁸.

Apenas 2 profissionais disseram não identificar diferenças de comportamento entre as crianças e adolescentes acolhidos com ou sem vida pregressa nas ruas. Um deles apontou, no entanto, desafios relacionados à reconstrução dos vínculos familiares e a inserção escolar. O outro entrevistado relatou que a instituição estava acolhendo pela primeira vez uma criança em situação de rua e que, até o momento da entrevista, não havia identificado nenhuma questão específica relacionada a ela.

Ao final da entrevista com os profissionais, perguntamos a eles o que poderia melhorar no serviço oferecido na instituição e destacamos as seguintes respostas: aprimoramento e investimento em políticas públicas específicas para crianças e adolescentes em acolhimento institucional (7); fortalecimento e melhor articulação da rede socioassistencial (6); e melhoria na infraestrutura da unidade e na oferta de itens básicos para os acolhidos (5).

Cabe mencionar que 3 profissionais citaram a necessidade de aprimoramento das políticas e serviços relacionados à saúde mental e ao uso de álcool e outras drogas para crianças e adolescentes. Sabemos que essa questão constitui um desafio à saúde pública brasileira, sobretudo em razão da baixa cobertura da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e de dispositivos como os Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS) Infantil ou AD.

Considerando a importância das demandas dos profissionais que atuam no cotidiano desse serviço para seu aprimoramento, além das respostas mais citadas por eles, pontuamos a seguir todos os temas que eles abordaram: melhoria e modernização dos processos internos de trabalho; acompanhamento adequado dos órgãos públicos (menos fiscalização e mais incentivo); capacitação continuada; mudanças nos critérios do programa Jovem Aprendiz, de modo a acomodar as necessidades e possibilidades dos acolhidos; mais investimento nas famílias; menos rotatividade dos educadores; e incremento dos mecanismos de escuta e participação das crianças e adolescentes pelo sistema judiciário, particularmente nas audiências concentradas.

Perspectivas das crianças e dos adolescentes

Das 15 unidades de acolhimento visitadas, localizadas na cidade do Rio de Janeiro, não foi possível realizar entrevistas com crianças e adolescentes em 2 delas⁹. Isso significa que consultamos 13 usuários do serviço a respeito dos motivos que os levaram a se afastar ou serem afastados de suas famílias de origem e sobre sua passagem nas instituições de acolhimento. Essas crianças e adolescentes tinham as seguintes idades: 8 anos (1), 11 anos (2), 12 anos (1), 13 anos (1), 14 anos (4), 16 anos (2), 17 anos (1) e 18 anos (1). Ou seja, consultamos 3 crianças e 10 adolescentes. Desses, 8 eram do sexo feminino e 5 eram do sexo masculino.

Inicialmente, perguntamos a eles como tinham chegado à instituição. Em 4 respostas a demanda espontânea do participante ou da família ficou evidenciada. Eles buscaram diretamente a instituição, Vara da Infância e a escola em busca de acolhimento. No primeiro caso, a avó não queria mais cuidar da adolescente (14 anos) devido ao seu comportamento e buscou a instituição para pedir acolhimento para ela. No segundo caso, a criança, de 8 anos, foi na Vara da Infância e pediu para ser acolhida em virtude da mudança da família para outra cidade. Nos outros dois casos, os entrevistados, de 11 e 16 anos, pediram à escola e à própria instituição para serem acolhidos em virtude do falecimento de suas mães.

Três (3) participantes de 12, 13 e 18 anos revelaram ter sido encaminhados de outros abrigos; 2 adolescentes de 14 e 17 anos disseram ter sido abordados nas ruas pelo serviço de abordagem e encaminhados ao abrigo pelas centrais de recepção; 2 entrevistados com 14 e 16 anos estavam cumprindo medidas socioeducativas e não contavam com o suporte da família; 1 participante, com 14 anos, foi ameaçado de morte na comunidade de origem; e 1 voltou de uma adoção malsucedida.

A pergunta que fizemos na sequência complementa a anterior e se refere ao porquê dos participantes terem saído de casa ou terem sido afastados dela. Em 4 respostas, o falecimento da mãe parece ter iniciado a ruptura dos laços familiares, seja porque ela era a única responsável pelo acolhido, seja porque a família não teve condições de assumir os cuidados da criança. Também aparecem em destaque os conflitos familiares. Eles foram descritos em 3 respostas que revelaram maus tratos, relacionamento ruim com o padrasto e violência física por parte de um irmão. Estas são questões que aparecem em diferentes pesquisas realizadas em todo o país (COUTO; VALE; RIZZINI, 2020; SILVA; VOGEL; VIRGÍLIO, 2001). São informações relevantes para o desenho de políticas voltadas para o suporte à família e outras formas de evitar a institucionalização.

Na sequência, registramos as demais causas apontadas pelos entrevistados a fim de ilustrar a multiplicidade de eventos que pode gerar o afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias de origem. Essa complexidade precisa estar contemplada no planejamento das políticas e ações

voltadas para a reinserção familiar e/ou comunitária, o que ressalta a importância da atenção e do acompanhamento individualizado e da participação das crianças, dos adolescentes e de suas famílias na construção de seus planos de atendimento. As respostas coletadas foram: a tia se mudou, ela não quis ir para outra cidade e pediu para ser acolhida no Rio de Janeiro (1); foi pego roubando (1); estava vendendo doces na rua, foi “enganado” e levado para uma instituição diferente da que morava com a mãe (1); foi ameaçado de morte (1); houve denúncia do Conselho Tutelar, mas não revelou o motivo (1); e saiu de casa com o irmão para usar drogas e pedir dinheiro na rua (1).

Perguntamos também se as crianças ou adolescentes já haviam passado por outras unidades de acolhimento e o que os havia feito deixar essas instituições. Dez (10) dos 13 entrevistados disseram já ter passado por outros acolhimentos. Esse número nos parece muito alto e nos leva a refletir sobre o tipo de serviço que vem sendo oferecido nestas instituições e, ainda, sobre a compatibilidade desse serviço com as necessidades e desejos das crianças e dos adolescentes acolhidos. Parece-nos que esses questionamentos não devem recair sobre os profissionais que atuam nesses espaços e sim no desenho da política, no seu monitoramento e nos investimentos disponíveis para sua implementação.

Sobre os motivos de mudança das instituições, 3 respostas revelaram casos de evasão, motivados por conflitos com profissionais, pela distância da unidade de sua comunidade de origem ou porque o acolhido não queria ficar. Dois (2) entrevistados foram transferidos, um porque a instituição ficava distante da casa da mãe e outro por ter se envolvido em conflitos na região. Em 5 respostas houve apenas menção a múltiplos acolhimentos sem explicações dos motivos que causaram essas mudanças.

Sobre se gostavam de morar nas instituições onde estavam acolhidos no momento da entrevista, 10 participantes disseram que sim, 2 disseram que não e 1 respondeu que gostava mais ou menos de viver naquela unidade de acolhimento.

Os que responderam afirmativamente à pergunta disseram gostar das atividades pedagógicas propostas, como esportes, cursos e palestras (5); ter um bom relacionamento com a equipe de profissionais (4); mencionaram gostar da escola ou de estudar (4); e citaram os passeios realizados pela instituição (4).

Apareceram, em menor frequência, respostas positivas relacionadas à comida, às atividades de lazer, às confraternizações, às visitas, ao brincar, ao respeito ao espaço individual, às saídas livres, à boa relação com os outros acolhidos e à sensação de proteção.

Devemos mencionar uma das respostas em que o participante disse gostar do abrigo, mas pensar na “pista” e sentir vontade de voltar para a rua. Ele acha que tem pouca coisa para fazer no abrigo e nos disse que, na rua, podia circular à vontade, conversar com os amigos, ir à praia e jogar

bola. Muitas vezes o abrigo torna-se, para as crianças com trajetória de vida nas ruas, um aprisionamento. Esses sujeitos, desde muito cedo, vivenciam a liberdade de forma muito particular e as instituições de acolhimento, assim como as escolas, precisam ter sensibilidade para lidar com isso. Os desafios de sua adesão às normas e rotinas dessas instituições são frequentemente apontados pelos profissionais que atendem essa população e precisam ser trabalhados de forma processual, uma vez que geram mudanças bruscas nas formas de viver desse grupo (SILVA, 2005; RIBEIRO; CIAMPONE, 2002). Adaptações são necessárias e o desejo de manter essa relação deve vir de ambas as partes.

Os 2 participantes que afirmaram não gostar do abrigo mencionaram que queriam estar em casa com a família. Um deles disse ainda que gostaria de estudar de manhã e o outro entrevistado mencionou que a convivência com os outros acolhidos e com os educadores era ruim. O único entrevistado que disse gostar “mais ou menos”, citou apenas o que vê de positivo: o computador, as saídas e as amizades.

Por fim, mas não menos importante, perguntamos às crianças e aos adolescentes o que eles achavam que poderia melhorar na instituição. Os participantes sugeriram: mais cursos e atividades, principalmente relacionadas ao esporte (4); mais privacidade, como quartos e armários individuais ou mesmo cortinas e maçanetas nas portas (4); mudanças na equipe de profissionais, por considerá-los agressivos (3); mais acesso à internet e aos computadores (3); melhorias na estrutura da instituição, com a instalação de ar condicionado, ventiladores e televisões (3); melhorias na alimentação oferecida (2); mais brinquedos (2); e passeios mais legais (1).

Registramos que 3 participantes disseram que estava tudo bom e que nada precisava ser melhorado; 1 não soube responder; e 1 disse que não queria estar ali e só queria voltar para casa¹⁰.

Interessante notar que as demandas das crianças e dos adolescentes são, em sua maioria, fáceis de serem atendidas, sem custos altos. Essas soluções poderiam melhorar o dia-a-dia, as relações vivenciadas e, possivelmente, contribuir para uma melhor adesão ao serviço. Houve, no entanto, algumas críticas relacionadas às equipes profissionais, direcionadas sobretudo aos educadores, já que são eles que lidam com os acolhidos a maior parte do dia. Citamos, como exemplo, o depoimento de uma das crianças, uma menina de 11 anos, que disse se sentir humilhada pelos educadores. Ela disse que eles colocam os acolhidos de castigo por qualquer motivo e dizem coisas como “*é por isso que você está aqui*” e “*é por isso que sua mãe não te quis*”. Esse tipo de postura pode gerar consequências que acompanharão as crianças pelo resto de suas vidas. Sabemos dos desafios existentes em lidar com grupos de crianças e adolescentes, por isso a capacitação continuada dos profissionais, assim como seu acompanhamento psicossocial, é fundamental para garantir uma boa relação nas instituições, elemento que pode ser decisivo na escolha do acolhido de permanecer ou não em atendimento¹¹.

Escutar as crianças e os adolescentes é de suma importância para compreender suas histórias, necessidades e desejos e para traçar, junto com eles, estratégias que podem ajudá-los a mitigar as privações e/ou violações de direitos sofridas. A realização de pesquisas, como a que apresentamos, oferece insumos para o desenho de políticas públicas voltadas para esse grupo, mas é a escuta e o planejamento conjunto diários, dentro das instituições que atendem a essa população, que reafirmam o compromisso com o direito à participação infantil e juvenil, disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Considerações Finais

Os princípios, orientações metodológicas e parâmetros de funcionamento para o serviço de acolhimento institucional foram aprovados pela Resolução Conjunta CNAS/CONANDA 01/2009, através do documento “Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes”. Esse documento, no entanto, não trata das especificidades do acolhimento de crianças e adolescentes em situação de rua. É a Resolução Conjunta CNAS/CONANDA 01/2016¹² que traz esse debate à pauta. Ela reconhece que o referido público *“requer serviços que adotem estratégias diferenciadas de atendimento e níveis de cuidado peculiar”*, recomendando que os acolhimentos institucionais devem contar com processos e diferenciais para atendimento desse público e não podem, de modo algum, constituírem-se espaços de estigmatização, segregação, isolamento, discriminação, não devendo possuir natureza de acolhimento compulsório, devendo favorecer, com ênfase e sempre que possível, o restabelecimento dos vínculos familiares e comunitários – caso isto não possa ser realizado, deve-se buscar o encaminhamento para família substituta ou, ainda, o desenvolvimento da autonomia e a preparação gradativa para o desligamento e/ou para a vida adulta (CNAS/CONANDA, 2016, p.3).

Essas são linhas gerais de atuação, mas a construção de metodologias específicas e de processos diferenciados de atendimento ainda está em curso¹³. Embora crianças e adolescentes com trajetória de vida nas ruas devam se integrar ao serviço de acolhimento e serem tratados de forma igualitária nessas instituições, não podemos deixar de pontuar que eles podem trazer demandas específicas de um grupo que, desde muito cedo, experimenta uma série de privações e violações de direitos e que lida com sua autonomia e liberdade de forma diferente de outras crianças e adolescentes que cresceram sob a proteção da família e/ou de outras instituições.

Tão importante quanto o debate e a construção de normativas sobre esse tema é fazer com que esse entendimento chegue até os profissionais que atuam na ponta desse serviço. Ao perguntarmos sobre as ações voltadas para crianças e adolescentes com trajetória de vida nas ruas, onze dos quinze profissionais consultados afirmaram que a instituição não promovia nenhuma atividade específica voltada a este grupo. De modo geral, os profissionais mencionaram que acompanhavam mais de perto essas crianças ou adolescentes e eram mais flexíveis em relação às regras e ao tempo de adesão ao serviço. Para que essa atuação possa ser amadurecida e/ou aprimorada, a formação e a capacitação continuadas são fundamentais. Na pesquisa apresentada, dos quinze profissionais entrevistados, apenas dois afirmaram que as instituições onde trabalham oferece capacitação específica sobre esse tema e nenhuma iniciativa em particular foi mencionada. Além disso, embora todos os profissionais tenham afirmado receber capacitação, eles apontaram, principalmente, reuniões de equipe e estudos de caso. Para o debate de temas mais amplos, a rede socioassistencial se mostrou o principal recurso, mas essas iniciativas não contam com um planejamento integrado e uma periodicidade que necessariamente atendam às necessidades e demandas dos profissionais.

A capacitação é fundamental para a atualização dos profissionais, por exemplo, acerca das normativas vigentes e de outras que venham a ser publicadas; sobre novos temas que surjam e passem a ocupar espaço na vida de crianças e adolescentes; e para acompanhar os avanços no debate público. Mas para o exercício adequado de seu trabalho, nesta pesquisa, os profissionais apontaram também suas demandas, que implicam em uma maior atenção do Estado em relação ao acolhimento institucional. O aprimoramento e investimento em políticas públicas específicas para crianças e adolescentes acolhidos, o fortalecimento e uma melhor articulação da rede socioassistencial e a melhoria na infraestrutura dos equipamentos e na oferta de itens básicos para os usuários do serviço foram as principais necessidades apontadas.

Aliás, ao Estado, cabe também o papel fundamental de traçar estratégias que previnam o afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias de origem. Isso passa pela oferta de condições materiais, como a garantia do direito ao trabalho¹⁴ e o acesso a políticas de redistribuição de renda, que possam assegurar às famílias condições básicas para o exercício do cuidado; mas também passa por um acompanhamento psicológico das estruturas familiares. Conforme revelou a pesquisa, nas respostas das crianças e dos adolescentes entrevistados, uma multiplicidade de acontecimentos pode gerar seu afastamento de suas famílias de origem. Essa complexidade precisa ser considerada na prevenção e no planejamento de políticas e ações voltadas para a reinserção familiar e/ou comunitária. Embora não tenham sido explicitamente citados nesta pesquisa, conflitos relacionados à religiosidade e à sexualidade, por exemplo, vêm ocupando maior espaço nos debates da sociedade e o conflito de gerações também pode ocasionar a fragilização dos laços familiares, fazendo com que

as crianças saíam de suas casas ou o convívio se torne violento.

Ainda que a pesquisa tenha como foco o serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, o cuidado com a família deve ocupar um espaço importante nesse debate. Quando perguntamos aos profissionais os principais motivos que levam ao acolhimento institucional, a negligência apareceu nas respostas de onze dos quinze entrevistados. Tradicionalmente, essa categoria carrega em si a culpabilização das famílias e, por isso, fazemos questão de pontuar a função compartilhada que famílias, sociedade e Estado devem exercer na garantia dos direitos de crianças e adolescentes¹⁵. Esse entendimento precisa chegar aos profissionais que atuam no serviço de acolhimento institucional, prevenindo estigmatizações e permitindo a reconstrução de laços com vias a reinserção familiar, quando possível. O trabalho dessas instituições, e de outros atores da rede de proteção social, é fundamental e pode contribuir para que as famílias se reorganizem e recuperem a guarda de suas crianças. E aqui consideramos não só os múltiplos arranjos familiares existentes como também a família extensa, para além de mães e pais, como vetores potenciais para a proteção e socialização de crianças e adolescentes e para o fortalecimento de seus vínculos familiares e/ou comunitários. É importante que o acolhimento e demais atores da rede de proteção estejam atentos e abertos a essas possibilidades.

Para que a reinserção familiar e/ou comunitária seja bem-sucedida é fundamental a escuta das crianças e dos adolescentes acolhidos e a construção processual de sua autonomia. Aliás, esses elementos devem fazer parte de suas atividades diárias, desde a proposta da medida de proteção, passando pela elaboração de seus planos de atendimento, até as audiências concentradas. Para isso e para dar conta da heterogeneidade e complexidade desse grupo, a atenção e o acompanhamento individuais se fazem necessários.

A participação das crianças e dos adolescentes na construção de propostas pode ampliar sua adesão a elas e mesmo ao serviço de acolhimento de uma forma geral. É preocupante o fato de que dez dos treze acolhidos entrevistados afirmaram já ter passado por outras unidades de acolhimento. Precisamos nos perguntar, e perguntar a eles principalmente, o que poderia melhorar no serviço para que eles permaneçam e construam, junto com os profissionais da instituição, seu momento de desligamento. Nesta pesquisa, a pergunta formulada sobre as melhorias necessárias na instituição certamente não dá conta desta questão, que tem raízes muito mais profundas. No entanto, ela sugere que melhorias na estrutura dos equipamentos, maior oferta de atividades e privacidade poderiam melhorar a vida diária nestes espaços.

Esperamos, com essa publicação, ter despertado o interesse dos leitores sobre o potencial da escuta de profissionais e usuários do acolhimento institucional para o aprimoramento deste serviço. Desejamos que suas vozes possam estar, cada vez mais, refletidas nos desenhos e na implementação

das políticas públicas, efetivando seu direito de participação na elaboração de estratégias intersetoriais que visem a garantia da proteção integral de crianças e adolescentes.

Notas

1. O projeto, ainda em andamento, tem como objetivos: realizar um levantamento e uma revisão crítica da literatura nacional produzida entre 2000 e 2019 sobre o tema do acolhimento institucional; sistematizar as políticas públicas, as normativas e os planos governamentais que versam sobre a questão; e pesquisar o funcionamento das unidades de acolhimento do estado e da cidade do Rio de Janeiro.
2. O caderno 1, intitulado “Espaços de escuta e participação no contexto de acolhimento institucional”, encontra-se disponível no site do CIESPI/PUC-Rio (www.ciespi.org.br).
3. Os artigos, dissertações e teses publicados entre os anos de 2000 e 2019, assim como as análises produzidas pela equipe do projeto, compõem a base de dados bibliográficos “Acolhimento institucional para crianças e adolescentes – produção acadêmica (2000-2019)”, que pode ser acessada através do site do CIESPI/PUC-Rio (www.ciespi.org.br).
4. Tivemos a oportunidade de estreitar relações com a equipe da Defensoria Pública, responsável pelo acompanhamento e fiscalização das unidades de acolhimento em funcionamento na cidade do Rio de Janeiro, a partir do seminário “Acolhimento Institucional – Práticas em Debate”, realizado em junho de 2019, pelo CIESPI/PUC-Rio com o apoio da FAPERJ.
5. A pesquisa apresentada conta com o parecer favorável da Câmara de Ética da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e com a autorização da Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro.
6. Apesar de fazermos referência aos profissionais e acolhidos no gênero masculino, obedecendo as regras gramaticais vigentes da língua portuguesa, ressaltamos que a maioria dos profissionais e das crianças e adolescentes entrevistados é do sexo feminino. Destacamos ainda que optamos por omitir os nomes dos profissionais e usuários entrevistados a fim de preservar o seu anonimato e das instituições visitadas.
7. Em alguns casos, nas entrevistas, contamos com a colaboração de mais de um profissional, mas indicamos aqueles que foram os principais responsáveis pelas respostas analisadas.
8. Para mais informações, sugerimos acessar a base de dados bibliográficos “População infantil e adolescente em situação de rua no Brasil (2000-2015)”, disponível no site do CIESPI/PUC-Rio (www.ciespi.org.br).
9. Em uma das instituições, os profissionais alegaram ser necessário apresentar uma ordem judicial para a realização de entrevistas com crianças e adolescentes. Em outra instituição, não fomos infor-

mados que as crianças estariam em atividade externa até o período noturno e, por esse motivo, não pudemos conversar com nenhuma delas no momento da visita.

10. Neste último caso, em particular, registramos que o acolhido estava com uma audiência concentrada marcada para o dia seguinte e estava bastante ansioso diante da possibilidade de voltar para casa, segundo o profissional que entrevistamos.

11. Sobre essa questão, acrescentamos nosso reconhecimento acerca da importância dos educadores sociais no que tange ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, como aquelas em acolhimento institucional e em situação de rua. Esses profissionais trabalham em atenção, defesa e proteção desse grupo e são os principais responsáveis pela aproximação e pela criação de vínculos de confiança entre as crianças e os adolescentes e as instituições, devendo atuar de forma respeitosa em relação ao seu tempo e aos seus desejos como sujeitos de direitos. Infelizmente, esses profissionais sofrem com a desregulamentação da categoria e a consequente desvalorização de seu trabalho. Devemos registrar, no entanto, que esse debate avançou no Congresso Nacional. O Projeto de Lei do nº 328/2015, que *“dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências”*, foi aprovado no Senado Federal, em abril de 2019, e segue em debate na Câmara dos Deputados na forma do Projeto de Lei nº 2941/2019.

12. A Resolução Conjunta CNAS/CONANDA 01/2016 *“dispõe sobre o conceito e o atendimento de criança e adolescente em situação de rua e inclui o subitem 4.6, no item 4, do Capítulo III do documento Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes”*.

13. O Termo de Fomento 852357/2017, assinado entre o Ministério dos Direitos Humanos e a Associação Beneficente O Pequeno Nazareno, instituiu um grupo de trabalho que, a partir das experiências de organizações da sociedade civil, tradicionais no atendimento especializado de crianças e adolescentes em situação de rua, elaborou um guia de boas práticas para subsidiar o serviço de acolhimento institucional e orientar a rede de proteção nos municípios e estados que possuem a demanda. O CIESPI/PUC-Rio, parceiro no projeto *“Conhecer para Cuidar”*, participou da construção desse documento, finalizado no início do ano de 2020, que ainda depende de discussões e trâmites legais para ser convertido em texto normativo.

14. Segundo o artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948): *“Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego”*.

15. Segundo o artigo 227 da Constituição Federal (BRASIL, 1988): *“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao lazer e à profissionalização, à liberdade, ao respeito, à dignidade*

e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Segundo o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (CONANDA/CNAS, 2006): *“(...) diante de situações de risco social e vulnerabilidades vividas pelas famílias brasileiras, principalmente por pressões geradas pelos processos de exclusão social e cultural, essas famílias precisam ser apoiadas pelo Estado e pela sociedade, para que possam cumprir suas responsabilidades. (...) Diante disso, a centralidade da família no âmbito das políticas públicas se constitui em importante mecanismo para a efetiva garantia do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária” (p.69).*

Referências bibliográficas

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CNAS/CONANDA). Resolução Conjunta 01/2009, de 18 de junho de 2009. Aprova o documento Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília: Diário Oficial da União, 2009.

_____. Resolução Conjunta 01/2016, de 15 de dezembro de 2016. Dispõe sobre o conceito e o atendimento de criança e adolescente em situação de rua e inclui o subitem 4.6, no item 4, do Capítulo III do documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Brasília: Diário Oficial da União, 2016.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. Brasília: CNJ, 2020.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE; CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CONANDA/CNAS). Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. Brasília, 2006.

_____. Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília, 2009.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, Diário Oficial da União, 1988.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.

CERQUEIRA, Carla; RIZZINI, Irene. Espaços de escuta e participação no contexto de acolhimento institucional. Rio de Janeiro: CIESPI, 2020.

COUTO, Renata M. B. do; Vale, Juliana Maria B. T.; RIZZINI, Irene. Projeto Conhecer para Cuidar - Relatório final - Levantamento de dados quantitativos e qualitativos sobre crianças e adolescentes em situação de rua e em acolhimento institucional como medida protetiva à situação de rua. Fortaleza: Associação Beneficente O Pequeno Nazareno; Rio de Janeiro: CIESPI/PUC-Rio, 2020.

GABATZ, Ruth Irmgard B. ET AL. Formação e rompimento de vínculos entre cuidadores e crianças institucionalizadas. Revista Brasileira de Enfermagem (Brasília), v.71, supl. 6, p.2808-2026, 2018.

LAUZ, Gianni Vanessa M.; BORGES, Jeane L. Concepção de família por parte de crianças em situação de acolhimento institucional e por parte de profissionais. Psicol. cienc. prof. [online], vol.33, n.4, p.852-867, 2013.

LUVIZARO, Natália A.; GALHEIGO, Sandra Maria. Considerações sobre o cotidiano e o habitar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional em abrigo. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, 22(2), p.191-199, 2011.

NASCIMENTO, Maria Lívia. Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização. Psicologia & Sociedade, 24, p. 39-44, 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 1948.

PATIAS, Naiana D.; SIQUEIRA, Aline C.; DELL'AGLIO, Débora D. Imagens sociais de crianças e adolescentes institucionalizados e suas famílias. Psicol. Soc. [online], vol.29, 2017.

RIBEIRO, Moneda O.; CIAMPONE, Maria Helena T. Crianças em situação de rua falam sobre os abrigos. Rev. Esc. Enferm. (São Paulo), v. 36(4), p. 309-316, 2002.

RIZZINI, Irene ET AL. Acolhendo crianças e adolescentes: experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Alcione L.; VOGEL, Cristina; VIRGÍLIO, Mirela S. Significados de cuidado para crianças e adolescentes vítimas da violência doméstica. R. Bras. Enferm. (Brasília), v. 54, n.1, p. 48-62, jan./mar. 2001.

SILVA, Solange Cristina. A escola e a rua: interação possível? Revista de Ciências Humanas (Florianópolis), v. 10, n. 1, p. 1-10, 2006.

polis), n.37, p. 67-87, abril 2005.

SOUZA, Michele Maria B. P.; CARDOSO, Luís Fernando. Abrigo de menores ao acolhimento institucional: uma trajetória de normalização. Revista Mediações (Londrina), v. 24, n .1, p.284-305, jan-abr. 2019.

VASCONCELOS, Eduardo M. (org). Saúde mental e serviço social. O desafio da subjetividade e da interdisciplinariedade. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

As autoras

Irene Rizzini é professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Departamento de Serviço Social, e diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio). Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ) e mestre em Serviço Social (School of Social Service Administration/Public Policy), pela Universidade de Chicago, EUA.

Renata Mena Brasil do Couto é pesquisadora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE).

Mônica Regina de Almeida Figueiredo é assistente de pesquisa do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio). Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Para mais informações consulte os editores desta série:

www.ciespi.org.br

Irene Rizzini

Diretora presidente do CIESPI/PUC-Rio e professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

(irizzini.pucRio.ciespi@gmail.com)

Maria Cristina Bó

Coordenadora executiva do CIESPI/PUC-Rio.

(mcrisbociespi@gmail.com)

Malcolm Bush

Pesquisador e consultor do CIESPI/PUC-Rio e pesquisador do Center of Research and Learning at Loyola University of Chicago.

(mbushciespi@gmail.com)



em convênio com **PUC**
RIO

